



## **BOY ERASED: VIGILÂNCIAS E COERÇÕES DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA NA CULTURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA**

Allan SANTOS<sup>1</sup>

Julio César SANCHES<sup>2</sup>

Igor SACRAMENTO<sup>3</sup>

### **Resumo**

Diferentes práticas de vigilância têm sido utilizadas contemporaneamente como tecnologias biopolíticas de controle de populações específicas, objetivando produzir subjetividades, além de normatizar corpos e desejos. Neste contexto, analisamos empiricamente a repercussão nos ambientes de sociabilidade digital da “sanção moral e mercadológica” do filme *Boy Erased*, que se deu no Brasil nos primeiros meses de 2019 pela *Universal Pictures*. O nosso objetivo central é problematizar se a crítica à heterossexualidade compulsória através das “terapias de conversão” – tema central da longa-metragem – seria uma das causas da não circulação do filme no país, tendo em vista a ascensão ao poder de um governo moralmente conservador e economicamente neoliberal.

Palavras-chave: tecnologias de vigilância; produção de subjetividades; biopolítica; heterossexualidade compulsória; terapias de conversão.

### **1. Introdução**

A heteronormatividade diz respeito ao conjunto de instituições, estruturas e práticas que ajudam a normalizar formas dominantes de heterossexualidade como universal e moralmente aceita. Ao contrário da noção relacionada de homofobia, tipicamente definida como o medo irracional ou o ódio contra lésbicas, gays e bissexuais, a heteronormatividade fala mais amplamente sobre como a sociedade produz normas, instituições e práticas culturais que contribuem para institucionalizar uma forma de heterossexualidade como norma de conduta social e sexual, que é discriminatória tanto nas dimensões materiais quanto simbólicas.

A heterossexualidade é muitas vezes “naturalizada na visibilidade” (COOPER, 1995), enquanto as sexualidades subjugadas adquiriram uma forma de hipervisibilidade moralista (por exemplo, homens que fazem sexo com homens, homens gays percebidos como ameaça de saúde pública), mas paradoxalmente também às vezes uma forma de invisibilidade (por exemplo, lésbicas nas políticas

---

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. E-mail: allansantos29ny@gmail.com

2 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ. E-mail: sanches.julius@gmail.com

3 Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ e professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da UFRJ e do Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fiocruz. E-mail: igorsacramento@gmail.com.

públicas de saúde). Assim, a sexualidade é em si uma forma de poder, que tem sido usado tanto de formas repressivas quanto produtivas.

O homossexual, em relação à heteronormatividade, passou a ser associado à "figura negativa do masculino", quando associado ao feminino (como a "bicha", o "viado", o "gay"). Conforme enfatiza Cunha (2019: 26):

[A] figura do homossexual demarcou historicamente para o homem algo fundamental a qualquer identidade: seu campo de exclusão, o limite para toda e qualquer identificação possível. Ou seja, para corresponder a essa imagem natural do homem, era preciso escapar a qualquer traço, ao menor vestígio dessa outra figura, pertencente não ao mundo da natureza, mas percebida como sua adulteração, sua perversão.

Para a demarcação dos limites e a sustentação contínua da identidade masculina, diferentes práticas e saberes foram implementados por agentes do governo, médicos, educadores e familiares. Dentre as diferentes tecnologias de vigilância e coerção à perversão da natureza masculina pelo desejo homossexual e à normalização das outras formas de "ser homem" que divergem das regras, foram desenvolvidas as "terapias de conversão" – popularmente conhecidas no Brasil como "cura gay". Em um regime no qual a liberdade é ao mesmo tempo uma obrigação e uma forma de exercer poder sobre o outro – sendo os saberes *psi* efeitos e instrumentos da governamentalidade neoliberal – surge uma gama de psicoterapias que aspiram a auxiliarem os seres humanos a viverem como indivíduos livres, subordinando-os a alguma forma de autoridade terapêutica: "*Para viver como um indivíduo autônomo, você deve aprender novas técnicas para entender e praticar sobre si mesmo*" (ROSE, 1998: 18). As "terapias de conversão" se propõem a ensinar os corpos desviantes a serem homens, viris e másculos, produzindo *selves* livres e subjetivados a partir do *ethos* heteronormativo.

Adaptado do livro *Boy Erased: A Memoir of Identity, Faith, and Family*, de Garrard Conley – filho de um pastor fundamentalista cristão, que aos 19 anos foi enviado a um centro de inspiração religiosa especializado na "conversão" de homossexuais – o filme homônimo estreou nos Estados Unidos, em novembro de 2018, tendo ocupado 672 salas e faturado nas bilheterias pouco menos de US\$ 8 milhões. Em 24 de outubro de 2018, a *Universal Pictures Brasil* anunciou em sua página no *Facebook* o lançamento do filme no país – chegando a colocar totens e pôsteres publicitários em alguns cinemas – até que, em 31 de janeiro de 2019 em resposta a um usuário do *Twitter*, afirmou que não realizaria mais a distribuição do filme no circuito brasileiro.

Apesar da assessoria do estúdio alegar que a decisão de cancelamento do filme tenha sido tomada "única e exclusivamente, por uma questão comercial baseada no custo de campanha de lançamento versus estimativa de bilheteria nos cinemas", a divulgação da suspensão da distribuição do longa gerou ampla reverberação nos circuitos midiáticos amplificadas. Dentre as postagens nas redes

sociais, Matthew Shurka – consultor do filme e cofundador da *Born Perfect* (entidade formada por advogados e sobreviventes de terapias de “cura gay”) – compartilhou a resposta do estúdio afirmando que o cancelamento havia se dado por conta de uma suposta censura da atual administração federal. A acusação chegou ao próprio Conley, que compartilhou – e posteriormente deletou – a postagem de Shurka no *Twitter* e no *Instagram* condenando o ato de censura à distribuição do longa: “'Boy Erased' censurado no Brasil. Sentia que isso poderia acontecer e estou muito triste que esse tipo de coisa aconteça em um país tão incrível”.

The image shows a collage of social media posts. On the left is a Facebook post from Universal Pictures Brasil, dated October 24, 2018, featuring a movie poster for 'Boy Erased' with the text 'A VERDADE NÃO PODE SER CONVERTIDA' and 'BOY ERASED UMA VERDADE ANULADA'. On the right are two Twitter posts. The top one is from Felipe (@felpsgalvao) asking why the film wasn't released in Brazil. The bottom one is from Matthew Shurka (@MathewShurka) reporting that the January release was canceled in Brazil due to censorship, and mentioning local advocates like Born Perfect and Focus Features.

Figura 1

Postagens da *Universal Pictures Brasil* e *Mathew Shurka*

Fontes: *Facebook* e *Twitter*. Acesso em: 10/06/19.

O trabalho analisa empiricamente a repercussão nas redes sociais digitais do que compreendemos ser uma “censura moral e mercadológica” ao filme *Boy Erased*. Desta forma, problematizamos se as

narrativas que criticam a heterossexualidade compulsória, assim como questionam as “terapias de conversão” sexual, contribuíram para o cancelamento da circulação do filme no Brasil, tendo em vista a ascensão de um governo moralmente conservador (embora economicamente neoliberal). Um governo cuja própria Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, afirma que o Brasil entra em uma “nova era”, reforçando padrões identitários de gênero tidos como conservadores e fortalecendo fronteiras simbólicas entre grupos populacionais ao enfatizar a velha lógica binária de que “menino veste azul e menina veste rosa”. Nesse sentido, buscamos apontar a existência de um ambiente social em que a heteronormatividade reforça a lógica das opressões de gênero e sexualidade, apontando as dissidências sexuais como práticas abjetas e anormais.

## 2. Sobre a norma sexual e suas dissidências:

A filósofa estadunidense Judith Butler (2003) explica que as normas de gênero são mecanismos das relações de poder-saber que formatam os corpos e subjetividades humanas. Em seu argumento, Butler desenvolve uma análise detida sobre como os efeitos discursivos que marcam as posições de gênero (masculino e feminino), e ancoram substancialmente a diferença sexual (homem e mulher), constituem o caráter “normativo” da sexualidade. Segundo Butler, *“os sujeitos regulados por tais estruturas são formados, definidos e reproduzidos de acordo com as exigências delas”* (2003: 18). Nesse sentido, a norma existe não apenas como uma dimensão de controle, proibição ou regulação dos corpos e subjetividades. A norma existe, sobretudo, para condicionar a existência humana a partir da matriz sexo-gênero-desejo. Em outras palavras, ao nascermos, o poder-saber viabiliza a existência do sujeito dentro dos parâmetros que ele mesmo institui. Nesse sentido,

O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um “dado” anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação “é um menino” ou “é uma menina” inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete. (LOURO, 2004: 15).

A sujeição – condição de se tornar sujeito – é articulada no ato inaugurador que nomeia os corpos e se fortalece na manutenção das normas de gênero. As repetições das normas que formam os sexos e gêneros constituem uma lógica de “coerência” na matriz sexo-gênero-desejo, instituindo a heterossexualidade como uma dimensão compulsória da existência humana. Afinal, *“suas escolhas, suas formas, e seus destinos passam a marcar a fronteira e o limite, indicam o espaço que não deve ser atravessado”* (Ibid.: 18). Ocorre que a norma heterossexual, ou heteronormatividade – como classificou Judith Butler (2003) –, sendo uma performance ritualística, está repleta de desvios e desviantes. É daí que proliferam-se cruzamentos entre sexos, gêneros e desejos capazes de forjar outras narrativas para a sexualidade humana.

Guacira Lopes Louro (2004) afirma que a sexualidade deve ser compreendida a partir da metáfora de uma viagem, sendo possível roteirizar diferentes caminhos para a existência. Nesse sentido, a ideia fatídica de que a heterossexualidade é a estrada "correta" demonstra ser perversa e artilosa, visto que há outras formas de sexualidade não-heterossexuais. Nessas diferentes estradas, os viajantes seguem como "*aqueles e aquelas que rompem com as regras e transgridem os arranjos*" (LOURO, 2004: 16). E isso determina, por exemplo, a existência de um conjunto de estratégias de vigilância e controle dados no campo da sexualidade.

As dissidências de gênero e sexualidade fabricam caminhos distintos da ordem heteronormativa estabelecida pela heterossexualidade compulsória. Logo, as não-heterossexualidades "*se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação e punição. Para eles e elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões*" (Idem.). Ocorre que:

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos – continuados, reiterados, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pela família, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia e pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam os gêneros e as sexualidades (BUTLER, 2003: 82).

A dimensão heteronormativa está alicerçada nessa relação entre os poderes e saberes que controlam as sexualidades humanas (BUTLER, 2003; LOURO 2004). Ocorre que os desvios são possíveis e, por existirem tais possibilidades, as práticas homolesbotransfóbicas surgem como uma resposta punitivista. Michel Foucault (2014) demonstra como a sexualidade tornou-se alvo do poder e saber nos séculos da modernidade europeia. Segundo Foucault (2014), a sexualidade se constitui como objeto de constantes investimentos sociais, políticos e institucionais, estando num domínio de formação discursiva sobre o sexo. Não se trata apenas de uma repressão, ao contrário. Trata-se de uma formação social e histórica que atravessa diferentes posições do sujeito na sociedade, datando modos de existência baseados na lei (jurídica), nos costumes e valores (morais) e nas instituições (psiquiátricas, escolares, militares, religiosas, familiares, estatais etc.), formando assim um dispositivo que gerencia a sexualidade.

O dispositivo da sexualidade, nos séculos XVIII e XIX, segundo Michel Foucault (2014), refere ao domínio da instrumentalidade que envolve o sexo na modernidade. Nesse sentido, o dispositivo é constituído por uma ampla repetição de condutas administradas por diferentes agentes que resguardam os valores morais modernos. Esse dispositivo atua em diferentes instâncias, articulando uma coerência discursiva, formando assim uma lógica que rege o sexo. Por tal motivo, narrativas são formadas nos seios das ciências biológicas, jurídicas, psiquiátricas, articulando desejos datados pela moral burguesa que forma o Estado europeu moderno. Foucault (2014) identifica que o dispositivo

da sexualidade expressou contingências que se entrelaçam no esquema moderno poder-saber. Isso quer dizer que a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso formam o amplo mecanismo de controle dos corpos e subjetividades na história.

Neste trabalho, por exemplo, nos interessa apontar uma certa persistência contemporânea das dinâmicas que forjaram os dispositivos da sexualidade na contemporaneidade, evidenciando, sobretudo, o caráter corretivo dos prazeres dissidentes, tratado por Foucault (2014) como uma "psiquiatrização do prazer perverso". Não queremos com isso dizer que não ocorreram transformações na sexualidade desde o século XIX, passando incólume ao tempo, pelo contrário. Queremos apontar como as modulações do dispositivo da sexualidade foram sendo alteradas no decorrer da história, evidenciando exatamente o caráter instável das normas de gênero e sexualidade (cf. BUTLER, 2013; LOURO, 2004; WEEKS, 2000), destacando também as estratégias discursivas que forjaram as normalidades e anormalidades.

Jeffrey Weeks (2000) demonstra como a nascente sexologia, no final do século XIX, contribuiu para a construção da legitimação de práticas sexuais consideradas normais. É nesse período que nasce o discurso da heterossexualidade que a justifica como norma, ressaltando o caráter das práticas que estão ou não incluídas nos parâmetros da normalidade. Assim sendo, o binômio heterossexualidade e homossexualidade nasce em contraposição e complementação, visto que a construção da normalidade heterossexual perpassa a consolidação do caráter anormal das homossexualidades. Portanto, *"os dois esforços – a redefinição da norma e a definição do que constitui anormalidade – estão inextricavelmente ligados"* (WEEKS, 2000: 63).

Sendo a heterossexualidade compreendida como norma sexual compulsória (Cf. BUTLER, 2013), as dissidências sexuais não-heterossexuais passam pelo constante crivo dos processos corretivos. Essas dinâmicas reforçam, sobretudo, o caráter normativo da cisnormatividade<sup>4</sup> como fenômeno imperativo da sexualidade humana, produzindo amplamente um conjunto de marginalizações das identidades de gênero trans. As transexualidades, nesse sentido, funcionam como objeto de desprezo das cisgeneridades, sendo interpretadas como "identidades transtornadas". Segundo Berenice Bento (2006), devemos compreender que a transexualidade possui uma história marcada pelo amplo processo de subjetivação dos corpos trans como corpos abjetos. *"O anormal, o abjeto, o transtornado, a aberração da natureza e o psicótico substituem o fraudulento e o pecaminoso"*

---

4 Para a melhor compreensão desse conceito, ver VERGUEIRO, Viviane (2015). Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador.

(BENTO, 2006: 11), demonstrando assim uma marcação científicista que etiquetou nos corpos não-heterossexuais e transexuais uma carga patologizante. Nesse sentido, homossexualidades e transexualidades passam a figurar como corpos considerados como desajustados que precisam de correção, visto que os dispositivos da sexualidade moderna funcionam com a dinâmica da "psiquiatrização do prazer perverso" (BENTO, 2006: 111). Não queremos dizer com isso que as homossexualidades cisgêneras passam pela mesma dinâmica de patologização das identidades transexuais, mas que é possível pensarmos que a moralidade cisheteronormativa produz diferentes modos de patologizar e controlar os corpos dissidentes.

As diferentes "terapias de conversão" proporcionadas pelas ciências psi (psicologia, psiquiatria e psicanálise), por exemplo, marcaram a história das homossexualidades e transexualidades no mundo ocidental<sup>5</sup>. Desde o século XIX, os corpos dissidentes passaram pelo crivo ideológico da abjeção, sendo interpretados como "*corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante*" (PRINS; MEIJER, 2001: 161). As não-heterossexualidades foram classificadas como condutas aberrantes, destacando assim o teor inumano e abjeto das práticas sexuais que desviam dos roteiros heteronormativos. Essas dinâmicas modernas encontram ressonâncias na contemporaneidade diante das crescentes formas de abjeção perpetradas pela homolesbotransfobia arraigadas na cultura ocidental.

### **3. Masculinidade em crise – entre o neoliberalismo e o conservadorismo autoritário:**

Embora ainda haja muita luta e resistência no caminho pela conquista da plena igualdade social, vivemos em uma era na qual o casamento entre pessoas do mesmo sexo é legal – permitindo que lésbicas e gays proclamem e legalizem o seu amor, mulheres lideram governos nacionais e assumem posições de destaque em grandes corporações, assim como minorias raciais e étnicas são melhores integradas à vida cívica. Tratando especificamente da população LGBTQI+, setores historicamente marginalizados – travestis, transexuais, drags, gays afeminados e lésbicas masculinas – gradativamente saem dos guetos, passando a gozar do reconhecimento como cidadãos e cidadãs por parte da sociedade. Muito devemos ao acontecimento histórico ocorrido em 28 de junho de 1969, no qual eclodiram atos espontâneos de desobediências individuais e uma revolta violenta contra autoridades policiais no bar *Stonewall Inn* no bairro nova-iorquino de Greenwich Village. O organizador da obra *História do movimento LGBT no Brasil*, Quinalha (2019), enfatiza que o "gay

---

5 Talvez um dos casos de repercussão mundial das atrocidades provocadas pelas terapias de conversão seja do cientista inglês Alan Turing, conhecido como o pai da computação, cuja homossexualidade foi punida juridicamente com o regime compulsório de castração química, com o intuito de "curar a homossexualidade". 59 anos após a sua morte, Turing recebeu o perdão real pelo seu "crime". Cf.: Pai da computação. Turing recebe perdão real 59 anos após morrer (23 de dezembro de 2013). In: Portal. Disponível em: [G1https://glo.bo/1jEmuTw](https://glo.bo/1jEmuTw). Acesso em: 17 de junho de 2019.

power” emergiu naquele episódio, potencializando as pessoas LGBTQI+ a expressarem seu orgulho e já não quererem mais existir trancafiadas no submundo social, econômico e cultural.

Esta certamente não foi a primeira – e muito menos a última – demonstração pública de reivindicação de direitos políticos e liberdade sexual protagonizada pelos “sujeitos desviantes da heterossexualidade compulsória”, entretanto, ela marca um ponto de inflexão, inaugurando uma militância mais combativa e orgulhosa: “Desse modo, houve um deslocamento no estilo de ativismo, com o orgulho funcionando como vetor ideológico principal de um modo eroticamente subversivo de ser” (QUINALHA, 2019: 20). No contexto latino-americano, enquanto países como a Argentina e o México organizavam seus próprios movimentos para ocuparem as ruas e romper com a invisibilidade imposta pelos governos e violências, o Brasil vivia o período mais extremo da repressão ditatorial. Foi apenas a partir de aberturas políticas graduais que, em 1978, ocorreu a formação do primeiro movimento brasileiro pelos direitos de lésbicas e gays – Somos: Grupo de Afirmação Homossexual – e a publicação do *Lampião da Esquina*, primeiro jornal homossexual do país que circulou entre 1978 e 1981. Atualmente, a Parada do Orgulho LGBT de São Paulo é considerada a maior do gênero no mundo, tendo entrado para o *Guinness Book* em 2006 com 2,5 milhões de participantes.

Apesar de passados exatos 50 anos desde o levante de *Stonewall* e de um complexo histórico de lutas, resistências e conquistas globais pelo reconhecimento e tolerância às diferenças, inúmeras formas de violência homofóbica – física e simbólica – ainda são executadas em nome da heterossexualidade compulsória. De acordo com dados de março de 2019, 70 países continuam a criminalizar a homossexualidade, dos quais 11 impõem a pena de morte e em 26 a pena máxima varia entre 10 anos e prisão perpétua<sup>6</sup>. No Brasil, 51% dos LGBTQI+ dizem ter sofrido alguma forma de agressão desde as eleições presidenciais de 2018, sendo a violência verbal a mais presente (94%) – “Bolsonaro vem aí!” e “Viado não vai poder ficar andando na rua assim não” –, seguida de tratamento discriminatório (56%), assédio moral (54%) e da violência física (13%)<sup>7</sup>. Quais são as condições sócio-histórico-culturais que continuam a legitimar saberes, práticas e discursos que visam à eliminação da existência dos corpos sexualmente desviantes, como a “cura gay” e modos contemporâneos de censura às expressões de resistência à heterossexualidade compulsória?

Foucault ([1978-1979] 2008) pensa a sexualidade – assim como a loucura e a criminalidade – como objetos transacionais e transitórios que, mesmo não tendo existido desde sempre, são articulados a

---

<sup>6</sup> Cf.: State-Sponsored Homophobia Report 2019. In: *International Lesbian, Gay, bisexual, Trans and Intersex Association – ILGA*. Disponível em: <https://bit.ly/2HwwLD0>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

<sup>7</sup> Cf.: da SILVA, Vitória Régia. Violência contra LGBTQs+ nos contextos eleitoral e pós-eleitoral. In: *Gênero e Número*. Disponível em: <https://bit.ly/2Wi3RU3>. Acesso em: 16 de junho de 2019.

partir de práticas e discursos, constituindo técnicas governamentais que nomeiam e legitimam aquilo que é verdadeiro e falso em um dado regime de verificação. Neste sentido, uma possível chave de leitura para a problemática de pesquisa pode ser estabelecida a partir da análise do regime de verificação instaurado pelo “casamento” do neoliberalismo e do conservadorismo autoritário motivado, dentre outros elementos, pela crise da masculinidade na contemporaneidade.

Kimmel (2013: XI-X) alerta que “a era dos direitos masculinos inquestionáveis e incontestados acabou”, deixando os homens brancos heterossexuais com ódio e um desejo nostálgico aos velhos tempos, quando eles eram os únicos que se beneficiavam da dramática desigualdade social historicamente dominante. Portanto, machos rancorosos e ressentidos procuram diferentes meios de “restaurar, restabelecer, reivindicar algo que é percebido como perdido” e “acreditam que o sistema está contra eles” (Ibid.: 21). Na mesma linha de raciocínio, Brown (2018: 60) sugere que políticos – nos moldes de Donald Trump, Marine Le Pen e Jair Bolsonaro – mobilizam não apenas o ressentimento de classe, mas o rancor branco, “especialmente o rancor masculino branco, sobre o orgulho perdido (social, econômico, cultural e político) no contexto de quatro décadas de neoliberalismo e globalização”.

Tratando especificamente do liberalismo da Escola de Chicago, ou o neoliberalismo americano, Foucault ([1978-1979] 2008) estabelece que este amplia radicalmente a racionalidade de mercado (seus esquemas de análise e critérios de decisão propostos) para áreas e atividades humanas não originalmente e primordialmente econômicas, funcionando como o princípio de inteligibilidade das relações sociais e comportamentos individuais. Com a implementação desta racionalidade da arte de governar, homens heterossexuais e brancos sentem terem perdido a dignidade com o desmantelamento dos sindicatos, a flexibilização do trabalho fordista, o fechamento dos portões da fábrica, alterações nas políticas de bem-estar social, além da expansão de grandes corporações que corroem os meios de subsistência de pequenos agricultores e comerciantes independentes. Os homens historicamente privilegiados e unidos pela crença em um ideal de masculinidade compreendem que o neoliberalismo traz perdas ao seu “direito nato” à supremacia política, social e econômica, deslocando a culpa das derrotas impostas por instituições governamentais e financeiras para “bodes expiatórios” menos poderosos, sejam eles imigrantes, mulheres, negros, homossexuais e pessoas trans.

Para o pensamento neoliberal, a sociedade constitui o alvo de algum tipo de intervenção governamental, porém não para restringir de forma autoritária as liberdades formalmente concedidas, mas para produzir, multiplicar e garantir o valor, o posicionamento competitivo e a participação de mercado de pessoas ou empresas. Entretanto, segundo Brown (2018), novas

itarações e expressões de liberdade foram elaboradas a partir da conjectura da racionalidade neoliberal, poder masculino branco afrontado, nacionalismo e niilismo não declarado. Para a intelectual estadunidense, os efeitos da racionalidade neoliberal em contextos histórico-sociais que privilegiavam a soberania e segurança do homem branco heterossexual e cristão, o deslocamento das forças sociais e ataques ao político, juntamente com o amplo descrédito das normas democráticas alimentaram e legitimaram energias afetivas que dão forma e conteúdo às formações e expressões políticas conservadoras de direita na contemporaneidade.

Ao analisar o processo de construção histórica do atual regime do *self*, Rose (1998) enfatiza que a liberdade, escolha e responsabilidade pessoal são obrigações éticas do *ethos* constitutivo do humano contemporâneo, sendo instrumentalizadas por meio das ciências psi como tecnologias da autonomia em processos de universalização do sujeito neoliberal e conhecimento de sua subjetividade como forma de controle governamental. Em um contexto no qual a fusão da liberdade com o autoritarismo, exclusão social legitimada e diversas formas de violência possui um grande apelo entre grupos populacionais, Brown (2018) expande o conceito de liberdade enquanto força política que age sobre a vida e os corpos, definindo-a como uma “liberdade autoritária” que estabelece os limites da normatividade de acordo com os valores familiares e particulares, além da rejeição do político e do social em nome do mercado: *“Quando a esfera pessoal é estendida, quando a oposição à regulação se torna um princípio fundamental e universal, quando o social é rebaixado e o político é demonizado, o animus individual e os poderes históricos do domínio do homem branco são desencadeados e legitimados”* (BROWN, 2018: 67).

É justamente o ressentimento decorrente do poder masculino branco afrontado – que, em uma perspectiva nietzschiana do termo, condena moralmente o objeto responsável por sua humilhação – que tem sido mobilizado e potencializado através das mídias sociais pelo bolsonarismo e outros governos populistas de direita, estigmatizando e demonizando as minorias identitárias como culpados pelas suas mazelas.

#### **4. Cancelamento ou censura moral e mercadológica?**

Em uma postagem de divulgação do filme *Boy Erased*, publicada dia 24 de outubro de 2018 no *Facebook* da *Universal Pictures Brasil*<sup>8</sup>, há diversos comentários ansiosos pela estreia do filme no Brasil. Entretanto, o lançamento da obra cinematográfica nunca ocorreu. Dentre os 341 comentários realizados na publicação, cujo alcance chegou a 7.6 mil reações e 403 compartilhamentos de usuários do *Facebook*, um deles chama atenção pelo fato de ser levantada a hipótese sobre o cancelamento

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2W0OpVR>. Acesso em 17 de junho de 2019.

da divulgação do filme em solo brasileiro. O usuário Ruodrik Pessoa afirma ser uma "ingenuidade achar que as atuais forças malignas da nova era no Brasil não tenha a ver com o cancelamento da estreia de um filme tão denso e promissor", como é o caso de *Boy Erased*. O comentário é seguido de réplicas como a do usuário Pedro Câmara ao afirmar que "ingênuo é compartilhar notícia que não passa de especulação", provocando um questionamento sobre a hipótese levantada pelo usuário Ruodrik Pessoa. Seguindo o pensamento de Ruodrik, Cláudia Holanda diz que "a notícia não era especulação. Dizia tudo lá, tintin por tintin, só ler". Em contrapartida, o usuário Felipe Costa sentença: "Não vai pq não tem viabilidade comercial. não nada sobre censura. Pronto".



Figura 2

Comentários da postagem do filme *Boy Erased*.

Fonte: Página da *Universal Pictures Brasil* no *Facebook*. Acesso em: 17/06/19.

A hipótese levantada no comentário de Ruodrik Pessoa refere-se à influência da nova constituição da política instituída no Brasil após as eleições de 2018. Desde as eleições presidenciais que desencadearam a vitória de Jair Messias Bolsonaro, representante da ultradireita conservadora, narrativas ideológicas estão em plena disputa na sociedade brasileira. De um lado, há uma parcela da população que votou a favor de um projeto de governo baseado em valores morais conservadores, destacando veementemente um processo de recrudescimento contra identidades sexuais e de gênero dissidentes, buscando reforçar moralmente os modelos de família patriarcal burguesa em

detrimento de outras configurações morais. Por outro lado, há uma parcela da sociedade denunciando o projeto nefasto proposto pelo governo Bolsonaro, cujas práticas políticas são declaradamente homofóbicas, misóginas, machistas e racistas.

A *Universal Pictures Brasil* não anunciou oficialmente em suas redes sociais de Internet o cancelamento do filme, porém @felpsgalvao lançou um questionamento – “Por que *Boy Erased* não foi lançado hoje nos cinemas?” – nos comentários do anúncio do filme, *A vida secreta dos bichos 2*, postado pela distribuidora no *Twitter*, em 31 de janeiro de 2019<sup>9</sup>. A @UniversalPicsBr respondeu: “Oi, Felipe. Infelizmente esse filme não será lançado pela *Universal Pictures* aqui no Brasil”, ao que o usuário imediatamente comentou: “Espero que isso não tenha relação com a onda de conservadorismo que o Brasil está enfrentando”. Apesar da *Universal* ignorar a crítica do usuário e continuar a promover o lançamento de *A vida secreta dos bichos 2*, a sua resposta gerou 573 comentários, 172 *retweets* e 1.7 mil curtidas.



**Figura 3**

Cancelamento do filme *Boy Erased* pela *Universal Pictures Brasil*.

**Fonte:** Página da *Universal Pictures Brasil* no *Twitter*. Acesso em: 19/06/19.

Por um lado, críticas foram postadas ao não-lançamento do filme no Brasil, exigindo explicações da *Universal* pelo cancelamento, estimulando o “pirateamento” do filme via *torrent* e promovendo um boicote ao estúdio por meio da hashtag #CadeBoyErasedBrasil. Uma das postagens aponta que por

<sup>9</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2RiM6sY>. Acesso em 18 de junho de 2019.

falar “que a homossexualidade não tem cura”, contrariando o posicionamento ideológico do atual governo, o filme estaria sendo censurado; em outro comentário um usuário do *Twitter* afirma não se tratar apenas de uma “onda de conservadorismo”, mas “o Brasil de verdade é assim. Diversidade, malemolência, musicalidade e sensualidade sempre foram uma máscara. Uma falsa imagem muito bem maqueteada”. Fundamentalmente, os que defendem a distribuição do filme apontam que, para além de uma questão meramente mercadológica, o filme tem uma função social e “poderia alcançar o público não-LGBT = família tradicional”. Seja nos EUA, na Rússia ou no Brasil, “a importância do filme precisa falar mais alto que seu potencial de lucro”.



Figura 4

Críticas ao cancelamento do filme *Boy Erased* no Brasil.

Fonte: Página da Universal Pictures Brasil no Twitter. Acesso em: 19/06/19.

Por outro lado, comentários foram postados apoiando a decisão da *Universal Pictures*. Dentre as postagens, os discursos majoritariamente relacionam o cancelamento do filme no circuito nacional ao fracasso de bilheteria nos EUA, descartando qualquer hipótese de censura conservadora ou relação com a atual conjuntura política brasileira: “Quando o povo acha que foi culpa do governo atual, mas o motivo foi pelo o alto hype e também não foi tão bem nas bilheterias nos EUA”, ou ainda, “Lá vem a galera falar em preconceito...bilheteria ruim, pq iria trazer pro BR? A perseguição só existe na cabeça dos vitimistas. Pq o mundo está de boa, cada um seguindo com suas vidas”.

Finalmente, defendem que o “*próprio presidente disse que isso é mentira, ele tbm disse que tinha mais o que fazer. Ele disse na campanha e está cumprindo, não irá censurar as mídias*”.



Figuras 5 e 6

Apoio ao cancelamento do filme *Boy Erased* no Brasil.

Fonte: Página da *Universal Pictures Brasil* no *Twitter*. Acesso em: 19/06/19.

Mathew Shurka (ativista contra as terapias de conversão e consultor do filme) compartilhou em sua página no *Twitter* o comentário da *Universal Pictures Brasil* cancelando o lançamento de *Boy Erased* no país, informando que “advogados locais estariam reportando censura pelo governo brasileiro”. Na postagem, que gerou 68 comentários, 572 retweets e 1.1 mil curtidas<sup>10</sup>, Shurka comenta não saber ao certo se o governo estaria censurando o longa, mas estranha o fato de ter trabalhado como consultor do filme e o estúdio não ter dada nenhuma explicação interna até ser questionado. Entretanto, ele confessa “estar preocupado que @UniversalPicsBr esteja cancelando filmes LGBT no Brasil devido ao atual governo e que eles queiram ter certeza que eles continuem a lançar futuros filmes no Brasil”. Conclui sugerindo que “descobriremos o que @UniversalPicsBr fará nos próximos quatro anos”.

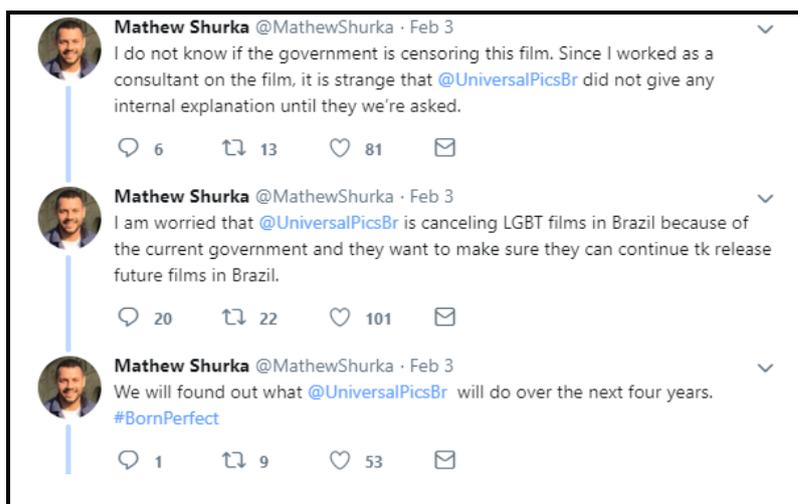


Figura 7

Comentários de Mathew Shurka sobre o cancelamento de *Boy Erased* no Brasil.

Fonte: Página de Mathew Shurka no *Twitter*. Acesso em: 19/06/19.

Os comentários que seguem são bastante polarizados, desencadeando debates entre os dois lados do espectro político. Interessantemente, um usuário que defende a hipótese de censura ao filme cita a liminar de um juiz do distrito federal que, em 2017, autorizou psicólogos a oferecerem tratamentos

<sup>10</sup> Disponível em: <https://twitter.com/MathewShurka/status/1091741702463856641>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

de “reversão sexual”. Segundo a reportagem compartilhada pelo mesmo, “Não há como se tratar a homossexualidade simplesmente porque ela não é uma doença nem um transtorno”<sup>11</sup>.

## 5. Considerações finais

O episódio do cancelamento do filme *Boy Erased* pela *Universal Pictures* fez com que houvesse uma insinuação de que um filme sobre "cura gay", cujo final aponta um fracasso da lógica das "terapias de conversão homossexual", causaria incômodo ao presidente da República do Brasil e aos seus seguidores ideológicos. Bolsonaro já chegou a declarar publicamente: “Prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí”, referindo-se à hipótese de ter um filho que tivesse relacionamentos homossexuais. Acreditamos que o ato de cancelar o filme pode não estar diretamente relacionado à censura por parte do presidente, mas revela uma inquietação social que esse tipo de produção audiovisual causaria no atual contexto de polarização ideológica existente no Brasil, sobretudo pelo apelo moral conservador que constitui a figura de Bolsonaro.

Por muito tempo, no Brasil, houve um apelo para que as representações de homossexuais nas telenovelas exibissem cenas de beijo entre os casais homossexuais, fato que só se concretizou em 12 de maio de 2011, na novela *Amor e revolução*, exibida pelo SBT, seguida de *Amor à vida*, em 31 de janeiro de 2014, exibida pela Rede Globo. No artigo *O beijo gay da telenovela Amor à vida ou a heteronormatividade como redenção dos anormais*, o pesquisador Julio Cesar Sanches destaca que:

Apesar do avanço simbólico da exibição de um beijo entre pessoas do mesmo sexo na televisão brasileira, os atos cotidianos de homofobia não deixaram de existir. Como uma prática cultural enraizada historicamente, a homofobia, como um dos mecanismos de hierarquização sexual, é articulada pelo conjunto de discursos que negam a humanidade aos corpos homossexuais (SANCHES, 2017: 189).

A cultura midiática brasileira, de certo modo, estabeleceu formas de construir representações heteronormativas das homossexualidades, sendo esse fenômeno identificado pelo panorama das representações das homossexualidades realizado por Leandro Colling (2010). Isso explica porque no Brasil as representações culturais que envolvem as não-heterossexualidades estão a todo momento sendo negociadas no seio de um conjunto de disputas entre forças progressistas e movimentos de conservação moral burguesa. Nesse sentido, o cancelamento do filme *Boy Erased*, sendo justificado como inviável comercialmente, pode ser uma peça que compõe o complexo cenário heteronormativo que marca a cultura midiática brasileira.

---

<sup>11</sup> Cf.: *Decisão de juiz que autoriza ‘cura gay’ causa mobilização e choque no Brasil* (24 de setembro de 2017). In: Portal G1. Disponível em: <https://glo.bo/2XUVYM6>. Acesso em: 19 de junho de 2019.

Conforme já mencionado, os comentários gerados pelas três postagens elencadas em nossa análise provocam uma reflexão sobre a possibilidade de censura na distribuição do filme *Boy Erased* nas salas de cinema brasileiras, principalmente por ocorrer em um momento delicado de recrudescimento dos discursos moralizantes sobre a sexualidade que são articulados em torno da imagem conservadora e autoritária do atual representante da nação brasileira e circulados nos ambientes de sociabilidade digitais pelos seus seguidores. Neste sentido, acreditamos que o episódio investigado ilustre significativos deslocamentos nas percepções contemporâneas sobre a censura, instaurando um regime de verificação no qual não é apenas o Estado que nomeia aquilo que pode e que não pode ser exibido publicamente, conforme o Estado nazista que confiscou 740 obras – incluindo Picasso, Matisse, Cézanne, Kandinsky e Klee –, as expondo na mostra *Arte degenerada* (1973) como resultantes da inferioridade genética de judeus, homossexuais e imigrantes ou a ditadura militar brasileira que impôs uma rotina de censura à arte de vanguarda na II Bienal Nacional da Bahia (1968), III Salão de Ouro Preto (1968), I Salão de Arte de Belo Horizonte (1969), XIX Salão Nacional de Arte Moderna no MAM-RJ (1970), dentre outros<sup>12</sup>. No regime instaurado pela articulação do neoliberalismo com o autoritarismo a censura ocorre em um nível também mercadológico, ou seja, as instituições financeiras passam a interditar expressões artísticas que excedam os limites da subjetividade conservadora que deseja o restabelecimento da supremacia do homem branco ressentido, cujo modelo histórico de masculinidade está atualmente em crise.

## 6. Referências Bibliográficas

- BENTO, B. (2006) **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond.
- BROWN, W. (2018). **Neoliberalism's Frankenstein: authoritarian freedom in twenty-first century "democracies"**: *Critical Times*, 1 (1), 60-79.
- BUTLER, J. (2003) **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- COLLING, L. (2010) **A heteronormatividade nas representações de personagens não-heterossexuais nas telenovelas da Rede Globo (1998 a 2008)**. *Eco* (UFRJ), v. 13, p. 175-195.
- COOPER, D. (1995). **Power in struggle: feminism, sexuality and the state**. New York: New York University Press.
- CUNHA, E. L. (fevereiro de 2019). **A normalização das homossexualidades e os destinos do masculino**. Dossiê: Cartografias da masculinidade. São Paulo: Revista CULT.

---

<sup>12</sup> Cf.: FIDELIS, G. (dezembro de 2017). *Não à Censura*. In: Revista CULT.

- FOUCAULT, M. ([1978-1979] 2008). **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_. (2014). **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. São Paulo: Paz e Terra.
- LOURO, G. (2004). **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica.
- KIMMEL, M. (2013). **Angry white men: american masculinity at the end of an era**. New York: Nation Books.
- QUINALHA, R. (junho de 2019). **Stonewall**. O Mito Fundador. São Paulo: Revista CULT.
- PRINS, B.; MEIJER, I. C. (janeiro de 2002) **Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167.
- ROSE, Nikolas (1998). **Inventing our selves: psychology, power, and personhood**. Cambridge University.
- SANCHES, J. C. (2017) **O beijo gay da telenovela Amor à vida ou a heteronormatividade como redenção dos anormais**. In: GIVIGI, A. C; DORNELLES, P. G. (orgs.). Babado acadêmico no Recôncavo baiano: universidade, gênero e sexualidade. Salvador: Edufba, pp.175-192.
- WEEKS, J. (2000). **O corpo e a sexualidade**. In: LOURO, G. L. (Org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica (pp. 35-82).